

RECONSTRUIR O BRASIL QUE A GENTE QUER

SEM FOME,
COM DIREITOS,
SOBERANO, DEMOCRÁTICO
E COM EQUIDADE



RECONSTRUIR O BRASIL QUE A GENTE QUER

SEM FOME,
COM DIREITOS,
SOBERANO, DEMOCRÁTICO
E COM EQUIDADE

ÍNDICE

- 3** | Editorial – Organizar a base para a luta
- 7** | Lucros e demissões em meio à pandemia
- 12** | Alternativa contra a pandemia
- 19** | Sequelas da Covid-19 na vida do trabalhador
- 22** | Basta de violência contras as mulheres
- 24** | O país que queremos
- 27** | Precisamos defender os serviços, empresas e bancos públicos
- 32** | Defender a democracia e nossos direitos
- 40** | 2022, um ano de muita luta

EDITORIAL

ORGANIZAR A BASE PARA A LUTA**PELA SAÚDE, PELOS DIREITOS, PELA DEMOCRACIA
E PELO BRASIL QUE QUEREMOS**

Estamos chegando ao final de mais uma gestão na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). Foi um período marcado pela pandemia de Covid-19, mas também por ataques aos direitos, promovidos por um governo que não tem nenhum compromisso com a classe trabalhadora e tampouco com as questões sociais.

A prisão do ex-presidente Lula ocorreu durante o último Congresso da Contraf-CUT, em 2018, impedindo sua candidatura à Presidência da República. Era a continuidade do golpe aplicado contra a ex-presidenta Dilma Rousseff e os ataques contra os trabalhadores, promovidos desde a ascensão de Michel Temer ao Palácio do Planalto.

Tivemos que lutar contra a aprovação da Emenda Constitucional 95, que impôs o congelamento dos investimentos na Saúde, Educação, Infraestrutura e Saneamento Básico, além de diversas outras áreas sociais; contra o desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), chamada pelos golpistas de “Reforma Trabalhista”; contra a terceirização irrestrita do trabalho, que permitiu a contratação de trabalhadores terceirizados mesmo para as áreas fim das empresas e, com isso, o corte de diversos direitos trabalhistas.

**FOI UM PERÍODO
MARCADO PELA
PANDEMIA DE
COVID-19, MAS
TAMBÉM POR ATAQUES
AOS DIREITOS,
PROMOVIDOS POR UM
GOVERNO QUE NÃO TEM
NENHUM COMPROMISSO
COM A CLASSE
TRABALHADORA.**

Também tivemos que lutar contra os ataques às organizações sindicais, tidas pelo atual governo e os empresários que o apoiam como o último bastião de defesa dos trabalhadores. O objetivo era tão somente dizimar todos os direitos trabalhistas.

Não bastassem os ataques do governo, sofremos com a pandemia. Tivemos que nos reinventar para lutar, desde março de 2020, pela garantia da vida, da saúde e do emprego das trabalhadoras e dos trabalhadores. Nesse tempo, mesmo em meio a tanto sofrimento, a pressão contra os direitos trabalhistas continuou. Governo e seus apoiadores da classe empresarial aproveitaram para promover mais cortes de direitos e demissões. Mas, a cada ataque, houve mobilização em defesa da classe trabalhadora.

Em 2021, a luta foi intensa pela prioridade na vacinação de todos os trabalhadores contra a Covid-19, principalmente daqueles que tiveram que manter em funcionamento os serviços essenciais à população, como os bancários. Mas, também pela manutenção do trabalho em home office, até que haja condições adequadas para o retorno, e contra as demissões.

“TIVEMOS QUE NOS REINVENTAR PARA LUTAR, DESDE MARÇO DE 2020, PELA GARANTIA DA VIDA, DA SAÚDE E DO EMPREGO.”



Também não podemos deixar de lamentar e lembrar que o Brasil passa por momentos terríveis. A classe trabalhadora é a que mais sofre. A volta da inflação e a carestia dos combustíveis, do gás de cozinha, dos alimentos e da vida, de uma forma geral, somadas ao desemprego, fizeram que a miséria e a fome crescessem assustadoramente no Brasil.

Com as tragédias ocorridas no final de 2021 e início de 2022, causadas pelas alterações climáticas, a falta de manutenção e limpeza de vias, além do descuido com as questões ecológicas, levaram ainda mais sofrimento para o povo que já estava em situação catastrófica. Nossos sindicatos, no país inteiro, em uma campanha de solidariedade, em uma situação de emergência, contribuíram para reduzir o problema com doações às pessoas necessitadas.

Em meio a esta triste realidade, vimos o aumento da riqueza entre os mais ricos, aprofundando a desigualdade social e a violência.

São consequências de governantes despreparados e sem qualquer compromisso com os trabalhadores.

**“O BRASIL PASSA POR
MOMENTOS TERRÍVEIS.
A CLASSE
TRABALHADORA É A
QUE MAIS SOFRE.”**



Em 2022, nesta conjuntura adversa, teremos que negociar, mais uma vez, nossa Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). A mobilização e o empenho de todos serão fundamentais para a manutenção de nossos direitos, e, neste momento de alta da inflação, para a conquista de reajustes que nos tragam aumentos que superem os índices da carestia dos preços. Nós, que defendemos uma atuação cidadã dos sindicatos, mais do que nunca, temos que nos preparar para continuar na defesa da categoria, mas também para ir além e nos organizar pela eleição de candidatos comprometidos com a classe trabalhadora e a transformação social e econômica de nosso país. A luta será dura. Mais uma vez, teremos que mostrar nossa capacidade de organização para vencer mais esta batalha. Vamos à luta!



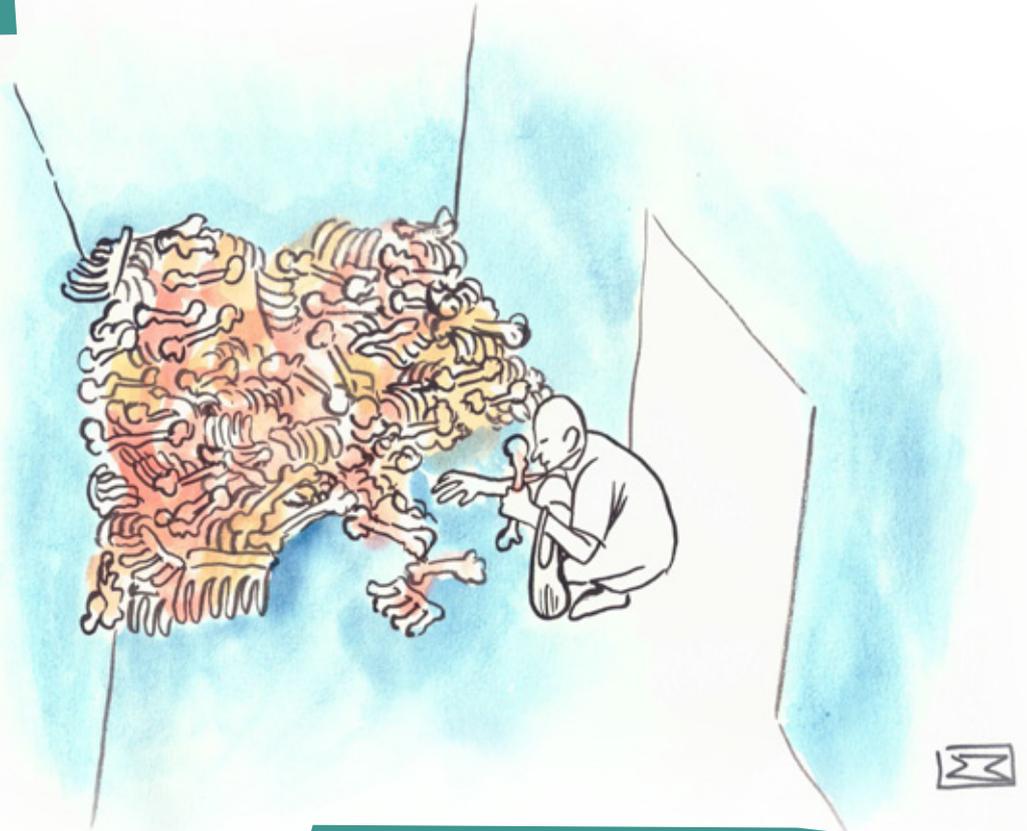
Juvandia Moreira
Presidenta da
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo
Financeiro (Contraf-CUT) e coordenadora do Comando
Nacional dos Bancários

“A MOBILIZAÇÃO E O EMPENHO DE TODOS SERÃO FUNDAMENTAIS PARA A MANUTENÇÃO DE NOSSOS DIREITOS, E PARA A CONQUISTA DE REAJUSTES QUE SUPEREM OS ÍNDICES DA CARESTIA.”



BALANÇO DOS BANCOS

LUCROS E
DEMISSÕES
EM MEIO À
PANDEMIA

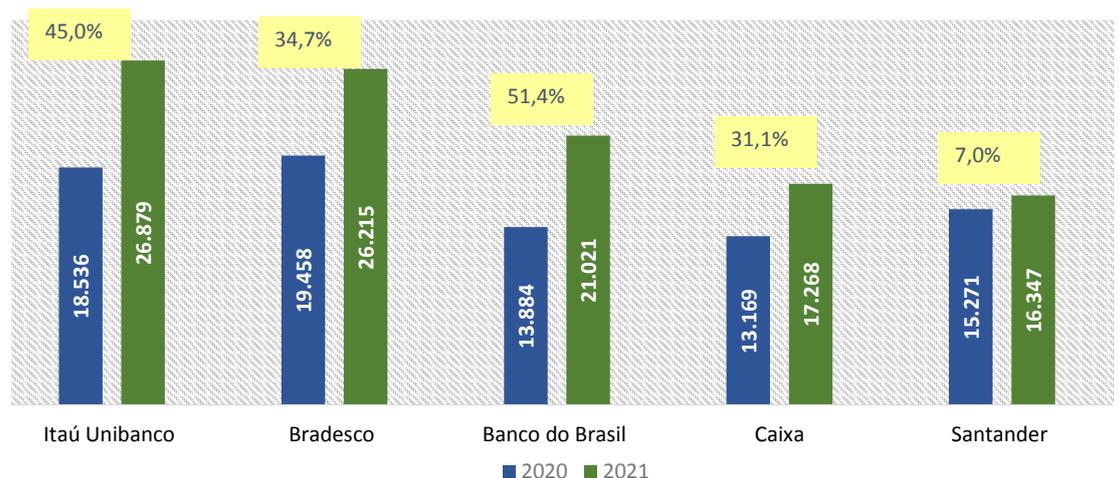


Mesmo com a economia brasileira em frangalhos, numa conjuntura de crise econômica e política, falência de empresas, alta nos preços e do desemprego, em 2021, depois de dois anos de pandemia, o lucro somado dos cinco maiores bancos do país (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú e Santander) atingiu R\$ 107,7 bilhões, alta média de 34,1% em relação a 2020, ano em que a soma dos lucros havia atingido R\$ 79,3 bilhões, mesmo com o país parado e muitos setores econômicos amargando prejuízos e muitas empresas falindo.

MESMO COM A ECONOMIA EM FRANGALHOS, OS BANCOS CONTINUARAM DEMITINDO E LUCRANDO COMO SEMPRE

Lucro Líquido - 5 maiores bancos 2021 - em R\$ Milhões

Lucro Líquido dos Cinco Maiores Bancos, 2020/2021 (em R\$ milhões)



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos.

“Em 2020, os bancos tiveram lucros menores do que estavam tendo até 2019, quando vinham tendo lucros recordes atrás de lucros recordes já fazia alguns anos. Mas, não houve prejuízo. E esta queda foi fortemente impactada pelas provisões para devedores duvidosos, as chamadas PDDs. Mas, como não houve aumento nos índices de inadimplência, as provisões puderam ser reincorporadas aos patrimônios dos bancos no período seguinte”, observou a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira.

“Isso nos permite dizer, com toda a segurança, que, com crise ou sem crise, os bancos lucram absurdamente e mantêm rentabilidade acima dos 20% (retorno sobre o patrimônio líquido - ROE). Com isso, a cada cinco anos, aproximadamente, os bancos veem seus patrimônios dobrar de tamanho”, ressaltou o vice-presidente da Contraf-CUT, Vinícius de Assumpção.

“ATÉ 2019, OS BANCOS APRESENTARAM LUCROS RECORDES ANO APÓS ANO. EM 2020, TIVERAM LUCROS MENORES, MAS NÃO TIVERAM PREJUÍZOS.”



Vinícius Assumpção Silva,
vice-presidente da
Contraf-CUT



DEMISSÕES E FECHAMENTO DE AGÊNCIAS

Mesmo com lucros exorbitantes, os cinco bancos não contribuíram com a redução dos altos índices de desemprego no país. Ao contrário. Juntos, os cinco maiores bancos do país fecharam 11.102 postos de trabalho durante a pandemia (de final de março de 2020 ao final de 2021). Cabe ressaltar que eles firmaram um acordo com o Comando Nacional dos Bancários se comprometendo em não demitir funcionários enquanto durasse a pandemia e o estado de calamidade pública que se instaurou no país.

Bradesco e Banco do Brasil foram, especialmente, responsáveis por esse saldo negativo, conforme pode se observar no gráfico. No caso da Caixa, o saldo positivo se deu, principalmente, em função de ordem judicial para que fossem contratados candidatos aprovados em concurso público realizado em 2014 e, em atendimento às pressões das entidades associativas e sindicais. Mas, as contratações não são suficientes para repor a baixa no quantitativo de empregados, que chegou a 100.677 profissionais no ano de 2014.

OS CINCO MAIORES BANCOS DO PAÍS FECHARAM 11.102 POSTOS DE TRABALHO ENTRE O FINAL DE MARÇO DE 2020 E FINAL DE 2021, MESMO TENDO SE COMPROMETIDO EM NÃO DEMITIR.



Emprego - 5 maiores bancos 2021

Total de trabalhadores e Saldo nos Cinco Maiores Bancos, 2019, 2020 e 2021



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos.

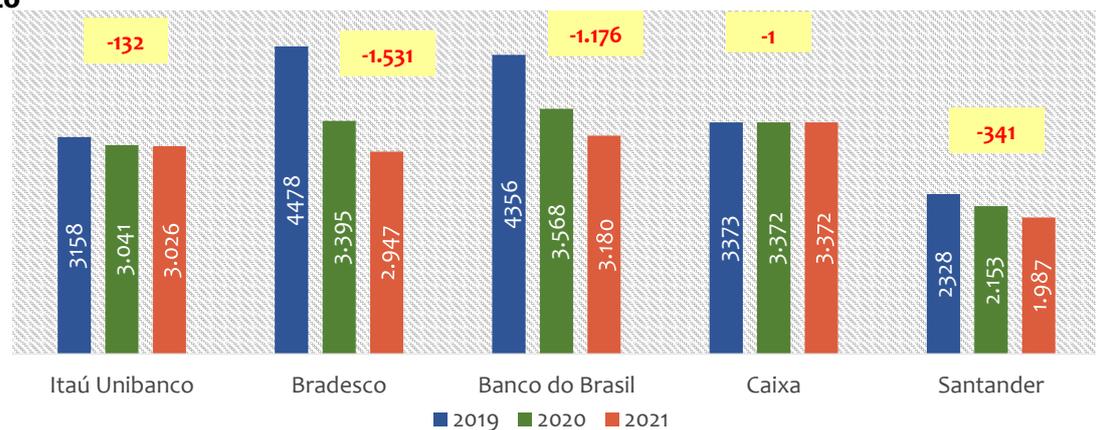
Quanto à rede de agências, os cinco bancos juntos fecharam 3.181 agências físicas nos últimos dois anos, sendo 2.271 durante a pandemia (de final de março de 2020 ao final de 2021). Com a interrupção abrupta das atividades econômicas no país (e no mundo), em função da necessidade de isolamento social, os bancos iniciaram um processo de encerramento de muitas de suas unidades físicas. Quem mais fechou agências no período foi o Bradesco

(-1.531), seguido do Banco do Brasil (-1.176). O Banco Santander fechou 341 agências no período e Itaú fechou 132 unidades.

As apostas e os investimentos dos bancos seguem no sentido da priorização pelo atendimento digital, especialmente nesse momento em que grande parte de seus quadros já está trabalhando em regime de home office.

Número de Agências Físicas e Saldo nos Cinco Maiores Bancos, 2019, 2020 e 2021

Agências - 5 maiores bancos 2021



OS CINCO MAIORES
BANCOS DO PAÍS
FECHARAM 2.271
DURANTE A PANDEMIA.



O TRABALHADOR PAGA A CONTA

Em 2020, os cinco maiores bancos privados do Brasil arrecadaram R\$ 136,5 bilhões com prestação de serviços e tarifa. Em 2021 essas receitas chegaram a R\$ 143,4 bilhões, com alta de 5,1%. Nos dois anos estas receitas cobriram com folga as despesas de pessoal dessas instituições, incluindo-se nessa conta o pagamento da Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR). No caso do Santander, por exemplo, estas receitas cobriram mais do que duas vezes o total de despesas de pessoal do banco.

Mesmo pagando caro pelos serviços, os trabalhadores são penalizados devido à falta de funcionários para atendê-los e pelo fechamento de agências, o que os obriga a ter que se deslocar por longas distâncias quando precisa realizar algum serviço da agência.

**OS TRABALHADORES
SÃO PENALIZADOS
DEVIDO À FALTA
DE FUNCIONÁRIOS
PARA ATENDÊ-LOS
E TAMBÉM PELO
FECHAMENTO DE
AGÊNCIAS.**

TELETRABALHO

DE ALTERNATIVA À OPÇÃO EFETIVA

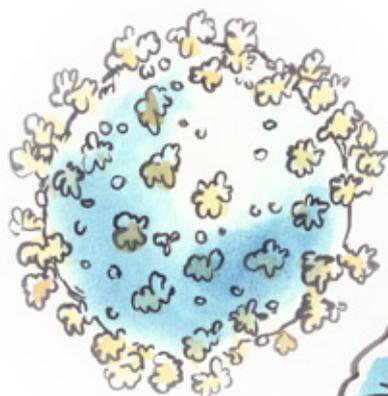
MODALIDADE SE MOSTROU NECESSÁRIA E EFICAZ NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA, MAS PRECISA SER MELHORADA

A necessidade de isolamento e distanciamento social fez com que o teletrabalho se tornasse a alternativa para conter o avanço do coronavírus para milhares de trabalhadores e trabalhadoras do ramo financeiro. Na primeira fase da pandemia, quando todos estavam em pânico, devido ao grande número de contágio e mortes e não havia testes e nem vacina para todos, as negociações entre o Comando Nacional dos Bancários com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) permitiram que aproximadamente 300 mil bancários e bancárias realizassem suas tarefas em home office, evitando tragédias ainda maiores na categoria e na sociedade.

Mas, apesar de ter contribuído para evitar maior contágio e propagação da doença e salvado a vida de muita gente, esta nova modalidade de trabalho gerou problemas para muitos profissionais, como a falta de controle de limite para jornada de trabalho e de equipamentos adequados para a execução de suas funções, aumentando, desta forma, a ocorrência de outras doenças físicas e psíquicas na categoria.

Pensando nisso, a Contraf-CUT, com o respaldo do Comando Nacional, das federações e sindicatos dos bancários, além da coordenação técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), realizou duas pesquisas para avaliar as condições de trabalho em home office da categoria.

300 MIL BANCÁRIOS
PASSARAM A REALIZAR
SUAS TAREFAS EM
HOME OFFICE,
COMO FORMA DE
PREVENÇÃO CONTRA A
COVID-19.



PARTICIPAÇÃO E RESULTADOS

A primeira pesquisa, realizada em 2020, contou com a participação de 10.939 trabalhadores e trabalhadoras. Na segunda foram 12.979 respostas. Em ambos os casos, de todo o país. A constatação foi de que os bancos não cumpriram totalmente o que havia sido negociado para o serviço remoto e que é preciso melhorar as condições de

trabalho nesta modalidade.

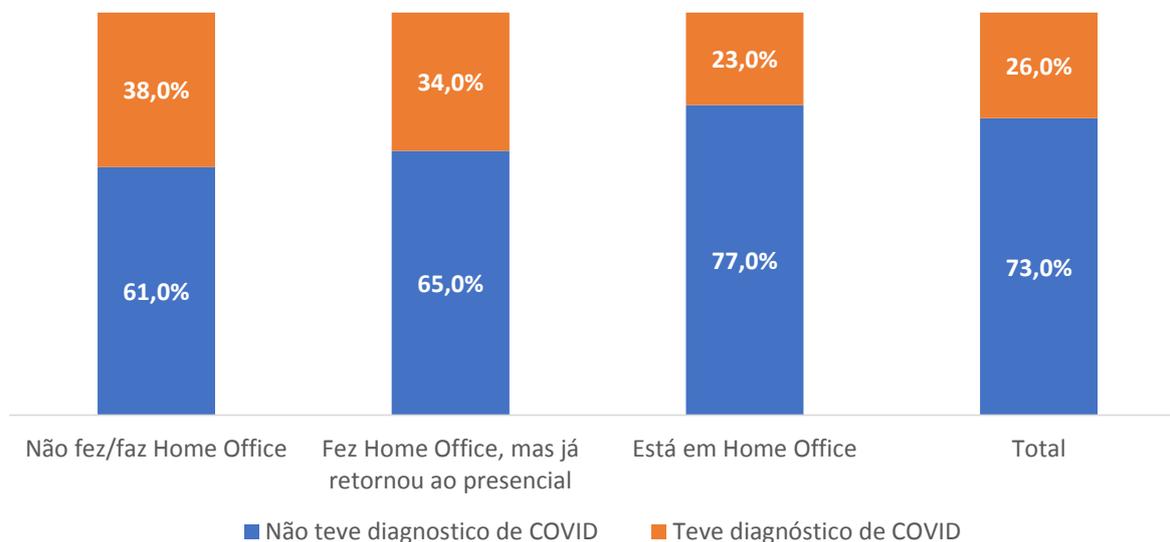
Os maiores problemas são justamente aqueles para os quais as entidades sindicais estão buscando solução nos acordos com os bancos: aumentos dos custos para o trabalhador, aumento e descontrole da jornada, problemas de saúde e falta de responsabilização dos bancos pelo fornecimento de equipamentos adequados. "A tarefa dos trabalhadores e de suas representações sindicais, além de incluir cláusulas que tragam solução para estes problemas, é vigiar e cobrar que os mesmos sejam efetivamente cumpridos", observou o secretário de Assuntos Jurídicos da Contraf-CUT, Lourival Rodrigues.

QUASE 13 MIL
BANCÁRIOS
PARTICIPARAM DE
PESQUISA SOBRE O
TELETRABALHO.



Lourival Rodrigues, sec. Assuntos Jurídicos da Contraf-CUT

Diagnóstico de COVID-19 e home office na categoria bancária





Com relação aos benefícios, a pesquisa revelou que o teletrabalho foi uma forma eficaz de enfrentamento da pandemia na categoria. Entre bancários e bancárias que trabalharam em home office, 23% foram contaminados. Entre os que realizaram suas tarefas de forma presencial, o percentual de contágio foi de 38%. Este dado mostra o acerto das entidades sindicais, que logo no início da pandemia, reivindicaram o encaminhamento do maior número possível de trabalhadores para home office, além de medidas de segurança sanitárias para aqueles que tivessem que continuar trabalhando de forma presencial.

**TELETRABALHO
CONTRIBUIU PARA
REDUÇÃO
DO CONTÁGIO E
PROPAGAÇÃO DA
COVID-19**

PONTOS A SEREM MELHORADOS

As pesquisas também apontam para o que precisa ser melhorado para que a categoria trabalhe nesta modalidade.

Apesar de, entre uma pesquisa e outra, ter aumentado o percentual de pessoas que tem um escritório em casa, a maior parte ainda trabalha em ambientes adaptados, como sala e quartos. Os equipamentos de ergonomia, cadeiras e acústica foram os itens mais mal avaliados sobre a infraestrutura disponível para o teletrabalho. O mais grave foi que, na segunda pesquisa aumentou o percentual de bancários que dizem que o banco não se responsabilizou pela melhoria ou fornecimento de nenhum item.

Em razão da urgência de se adotar o teletrabalho na pandemia, é compreensível que, no início, a estrutura ergonômica que o empregado possuía em sua residência não fosse adequada para o trabalho. “Mas, grande parte desses trabalhadores não recebeu nenhuma ajuda dos bancos para melhorar isso, tendo que realizar os serviços em condições precárias, expondo-se ao risco de adoecimento por lesões osteomusculares, ou colocar a mão no próprio bolso para melhorar a situação”, observou o secretário de Relações do Trabalho, Jeferson Meira, o Jefão.

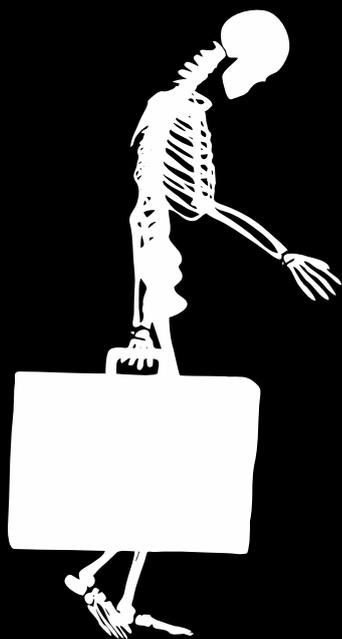
**Jeferson Meira, sec.
Relações do Trabalho da
Contraf-CUT**



“BANCOS PRECISAM FORNECER EQUIPAMENTOS ERGONÔMICOS E ARCAR COM OS CUSTOS DO TELETRABALHO”

É verdade que na segunda pesquisa houve crescimento dos que citaram o pagamento do auxílio financeiro para o teletrabalho (ainda que esse percentual siga muito baixo e restrito a apenas um grande banco), em cumprimento ao acordo assinado pelas entidades sindicais banco a banco, mas os bancários também se queixaram da falta de um canal de comunicação para resolver os problemas relacionados ao teletrabalho.

16,5% DISSERAM QUE O BANCO NÃO TEM CANAL DE COMUNICAÇÃO PARA RESOLVER PROBLEMAS NO TELETRABALHO E 37,8% NÃO SABEM SE EXISTE TAL CANAL



MAIOR JORNADA

Os trabalhadores também perceberam aumento nas horas trabalhadas em comparação ao trabalho presencial. Para 19,4% dos entrevistados, a jornada aumentou muito (em 2020, era de 13,6%). Para outros 24,2%, a jornada aumentou um pouco (em 2020, esse percentual era de 22%).

Outro reflexo das discussões em mesa de negociação com os bancos e acordos assinados foi que a maioria dos entrevistados (67,9%) diz que os bancos têm respeitado os períodos de desconexão (fora do expediente, finais de semana, folgas, feriados e intervalos de almoço). Mas, um terço (32,1%) ainda sente que o banco não tem respeitado seus períodos de desconexão, no todo ou parcialmente.

**EXPLORAÇÃO
NÃO TEM
PERDÃO**

43,6% DIZEM QUE HOVE AUMENTO DA JORNADA EM TELETRABALHO, DESTES, 19,4% DIZEM QUE AUMENTOU MUITO

SAÚDE, MEDOS E AFAZERES

Os sintomas mais sentidos por bancários e bancárias que trabalharam em home office são o medo de ser esquecido/perder oportunidades/ser dispensado; dores musculares e dificuldade de concentração. Além disso quase 60% afirmam que se sentem isolados em alguma medida por conta do teletrabalho.

Mais bancários e bancárias estão percebendo aumentos consideráveis em suas contas de consumo enquanto os bancos têm economizado despesas administrativas. Entre os entrevistados, 86,5% apontaram

aumento em sua conta de luz e 73,4% no supermercado. Por outro lado, os cinco maiores bancos do país economizaram R\$ 1,2 bilhão em 2021, comparado a 2019 (antes da pandemia) com algumas despesas administrativas como água, luz, gás, vigilância, segurança, aluguéis, transporte, viagens, conservação de bens etc. Mulheres com filhos são as mais afetadas pelo teletrabalho. Entre elas, 47,2% têm dificuldades para conciliar o trabalho com as relações na casa e afazeres domésticos, percentual que cai para 23,6% entre os homens sem filhos.



**QUEREMOS
AJUDA DE CUSTO!**

**86,5% TIVERAM
AUMENTO NA
CONTA DE LUZ E
73,4% NAS
DESPESAS DE
SUPERMERCADO**

MOVIMENTO SINDICAL E DIREITOS

A pesquisa registrou um aumento na importância que os bancários atribuem para a atuação do movimento sindical em itens que dizem respeito a compensações econômicas, como auxílio do teletrabalho, auxílio alimentação adicional, reembolsos e pagamentos de hora extra.

Entretanto, é notório que o isolamento do trabalhador no teletrabalho reduz a interação com os sindicatos, o que dificulta a organização e a luta da categoria; prejudica a sociabilidade entre os trabalhadores e o compartilhamento de experiências de vida e trabalho, fundamentos importantes para a construção da identidade e da consciência de classe.

**PESQUISA REGISTROU
AUMENTO NA
IMPORTÂNCIA QUE OS
BANCÁRIOS ATRIBUEM
PARA A ATUAÇÃO DO
MOVIMENTO SINDICAL.**



PESQUISA

SEQUELAS DA COVID-19 NA VIDA DO TRABALHADOR

PESQUISA É IMPORTANTE PARA SABERMOS COMO A COVID-19 AFETA A CATEGORIA E TAMBÉM PARA SUBSIDIAR AS NEGOCIAÇÕES COM OS BANCOS

A pandemia causada pelo sars-cov-2 (Covid-19) já matou cerca de 660 mil e adoeceu cerca de 30 milhões pessoas no Brasil. Esses números, por si só, já são bastante assustadores. Porém, eles não estão sozinhos. De acordo com pesquisadores da Penn State College of Medicine, dos Estados Unidos, mais da metade das pessoas diagnosticadas com Covid-19 em todo o mundo deverão ter sintomas pós-Covid — até seis meses após a recuperação.

Para entender melhor os efeitos do vírus na saúde no curto e longo prazo, o Comando Nacional dos Bancários promoveu uma pesquisa, feita em parceria com a Universidade de Campinas (Unicamp), sobre as sequelas da Covid-19 na categoria bancária. O questionário, respondido por bancários que contraíram a doença, descreveu sintomas e outros efeitos que tenham permanecido após a cura.

“A pesquisa é importante para sabermos como a Covid-19 afeta a categoria, mas também para subsidiar as negociações

com os bancos. Em 2020, os resultados da primeira pesquisa sobre teletrabalho na categoria bancária foram muito importantes nas negociações com os bancos”, explicou a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira, coordenadora do Comando Nacional.

MAIS DA METADE
DAS PESSOAS
DIAGNOSTICADAS
COM COVID-19
DEVERÃO TER SINTOMAS
PÓS-DOENÇA





SEQUELAS

A pesquisa mapeou a saúde do trabalhador bancário já acometidos pela doença para subsidiar o Comando Nacional dos Bancários nas negociações com os bancos e para garantir a devida proteção à saúde dos trabalhadores. Num questionário online, eles descreveram os sintomas e outros efeitos que permaneceram após a cura. Os dados fornecidos pelos entrevistados são todos protegidos. Somente dados totalizados é que serão divulgados.

Trata-se de uma extensa e aprofundada pesquisa que busca levantar sintomas e impactos na saúde, tanto na fase mais branda da doença como na mais rigorosa, inclusive em casos de reinfeção.

Mauro Salles, secretário de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT, informa que são muitos os relatos de colegas que estão sofrendo com as sequelas da Covid-19, alguns trabalhando sem as devidas condições. “A pesquisa, cujos dados preliminares já mostram que essa preocupação é real, vai nos ajudar a atuar para garantir os direitos trabalhistas e previdenciários, e cobrar

dos bancos acompanhamento dos casos, com garantia de tratamento adequado e acompanhamento médico através do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), entre outras medidas”.

“A PESQUISA VAI NOS AJUDAR A ATUAR PARA GARANTIR OS DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS DA CATEGORIA”



**Mauro Salles, sec.
Saúde do Trabalhador
da Contraf-CUT**

SINDICATO SOLIDÁRIO

Mas, as sequelas da Covid-19 não se limitam aos sintomas pessoais sobre os trabalhadores. A doença também já trouxe muitas sequelas sociais e econômicas na sociedade brasileira. Por isso, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) lançou, em 2020, a campanha Sindicato Solidário, com o objetivo de unir sindicatos, federações e bancários de todo o país para ajudar pessoas que mais precisam de auxílio. Em 2021, com o agravamento da crise econômica e da pandemia, a diretoria Executiva da Contraf-CUT decidiu intensificar as ações da Campanha Sindicato Solidário, para dar apoio à parcela mais desassistida da população.

“Com pessoas passando fome, morando nas ruas, com o desemprego crescendo a cada mês, o movimento sindical precisa mostrar que a solidariedade é fundamental nesse momento e que falta atitude do governo Bolsonaro. Nossa luta em defesa da classe trabalhadora passa também pelo olhar humano e solidário tão necessário nessa hora”, ressaltou Rosalina Amorim, secretária de Políticas Sociais da Contraf-CUT.



“Criamos um hot site, com vídeos e informações sobre as ações de solidariedade em andamento, em todos os sindicatos e federações do país, mapeando a lista das entidades indicadas pelos sindicatos para receber contribuições solidárias”, disse o secretário de Comunicação da Contraf-CUT, Gerson Carlos Pereira. “A intenção foi mostrar que todos nós podemos fazer parte de uma corrente solidária e ajudar a quem tanto necessita neste momento. Esta é a hora de não sermos solitários, mas sim solidários!”, completou.

É possível fazer parte desta corrente e fazer com que este passo de humanidade permaneça. Na esperança de um novo mundo, onde cada vida importa! [Acesse o site da Contraf-CUT](#), ou de seu sindicato e veja como participar.

“A DOENÇA TAMBÉM
GEROU MUITAS
SEQUELAS
SOCIAIS E ECONÔMICAS
NA SOCIEDADE
BRASILEIRA”.



Rosalina Amorim,
sec. Políticas Sociais
da Contraf-CUT

MULHERES

BASTA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Projeto ajuda sindicatos e federações a criarem serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), lançou em 2021 o projeto “Basta! Não Irão Nos Calar!”, para apoiar a implantação de serviços e atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar pelas federações e sindicatos, com assessoria jurídica, orientação sobre canais e serviços públicos e sobre outras questões, como guarda dos filhos.

“INFELIZMENTE, MUITAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ESTÃO DESAMPARADAS, POIS O GOVERNO BOLSONARO DESMONTOU OS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A ELAS”.

“É um projeto muito importante porque, infelizmente, muitas mulheres, entre elas muitas bancárias, são vítimas de violência”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira. “Estas mulheres estão desamparadas, pois o governo Bolsonaro desmontou praticamente tudo que tinha de avanço na área de atendimento a elas. Vamos fazer a nossa parte até colocar esse país de volta ao eixo”, completou.

“A violência doméstica não é um problema só das mulheres. É um problema social, um drama para inúmeras famílias, com consequências até para a economia”, disse a secretária da Mulher da Contraf-CUT, Elaine Cutis, ao se referir a uma pesquisa da Universidade Federal do Ceará, que mostra que a economia do país perdia, em 2017, R\$ 1 bilhão com os impactos desse problema. “Não temos dados, mas a perda deve ser ainda maior agora, com a pandemia”, completou.

PROJETO
Basta!
Não irão nos calar



*Juvandia Moreira,
presidenta da
Contraf-CUT*



FASES E EXPANSÃO DO PROJETO

O projeto começou a ser implantado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo em 2019 e, em 2021, foi levado para outras entidades. Atualmente, o projeto está implantado em nove entidades e está em fase de implantação em outras. No total, já foram realizados mais de 400 atendimentos.

O desenvolvimento do projeto acontece em cinco etapas. A primeira é definir como se dará o primeiro atendimento às vítimas, se por meio de redes sociais, por telefone ou atendimento presencial. Também é necessário definir o horário de atendimento. A fase dois é definir quem fará o atendimento, se dirigentes sindicais, advogadas da entidade ou advogadas parceiras.

A terceira etapa é a formação da equipe do projeto, em um curso com 30 horas de duração, com temas como desigualdades, atendimento humanizado, Lei Maria da Penha

e outros instrumentos legislativos. A quarta fase é sobre a articulação com a rede local de enfrentamento à violência doméstica, quais os serviços disponíveis na região. A última etapa é a de acompanhamentos dos primeiros atendimentos.

“A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA É UM PROBLEMA SOCIAL, UM DRAMA PARA INÚMERAS FAMÍLIAS, COM CONSEQUÊNCIAS PARA A ECONOMIA”.



Elaine Cutis, Sec. da Mulher da Contraf-CUT



REFORMA TRIBUTÁRIA

RECONSTRUIR O PAÍS QUE QUEREMOS

É PRECISO CORRIGIR AS DISTORÇÕES TRIBUTÁRIAS PARA TERMOS JUSTIÇA FISCAL E REDUZIRMOS A DESIGUALDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Não é de hoje que refletimos sobre uma proposta de reforma tributária onde os ricos paguem mais impostos que os pobres. Na 23ª Conferência Nacional dos Bancários, ocorrida em 2021, foi aprovada uma resolução na qual a categoria bancária defende a inversão das atuais características do sistema tributário brasileiro, para transformá-lo em uma ferramenta que permita diminuir a desigualdade social, doença crônica que aflige nossa sociedade e, de maneira urgente, alivie a

taxação dos mais pobres e aumente a dos mais ricos e, conseqüentemente, a arrecadação de recursos para o enfrentamento da crise econômica e social agravada pela pandemia. Não existe a necessidade de aprovação de emendas à Constituição, que exigem um número maior de votos, basta aprovar, ou alterar, leis ordinárias.

Para o Secretário de Assuntos Socioeconômicos da Contraf-CUT, Mario Raia, não basta unificar impostos para diminuir a desigualdade no país. "O que nós queremos é uma reforma tributária que diminua as desigualdades, que tribute os super-ricos e que dê ao povo poder de consumo, reduzindo os impostos sobre a população mais carente e sofrida. Acreditamos que podemos avançar mais na reforma tributária que nós queremos", disse.

“O QUE NÓS QUEREMOS É UMA REFORMA TRIBUTÁRIA QUE DIMINUA AS DESIGUALDADES, TRIBUTE OS SUPER-RICOS E DÊ AO POVO PODER DE CONSUMO”.



Mario Raia,
sec. Assuntos
Socioeconômicos
da Contraf-CUT



PROPOSTA

A Contraf-CUT é uma das mais de 70 entidades que fazem parte da Campanha Tributar os Super-Ricos. Também apoia as propostas previstas na Emenda 178, da Reforma Justa e Solidária, apresentada pelos partidos de oposição na Câmara dos Deputados, a PEC 45/2019 e as da Plataforma Política Social.

São propostas que apresentam soluções como a tributação sobre lucros e dividendos, sobre as grandes fortunas, sobre as riquezas das pessoas físicas que ultrapassam R\$ 10 milhões, bem como a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos setores financeiro e extrativo-mineral. Outras propostas são o fim da dedução de juros sobre o capital próprio, elevação do limite de isenção para baixas rendas e criação de nova tabela de alíquotas progressivas para correção das distorções do imposto de renda e tributação de bens supérfluos, dentre outras.

A criação da Contribuição sobre Altas Rendas das Pessoas Físicas (CSAR), incidindo sobre rendas anuais acima de R\$ 720 mil e a alteração nas regras do Imposto sobre Heranças e Doações (ITCMD), com ampliação da alíquota máxima de 8% para 30%, novas regras de repartição das receitas da União com estados e municípios são outras das propostas.

“ENQUANTO OS TRABALHADORES RECEBEM OS SALÁRIOS COM DESCONTO RETIDO NA FONTE, OS BANQUEIROS, POR EXEMPLO, RECEBEM MILHÕES DE REAIS EM DIVIDENDOS SEM PAGAR NENHUM IMPOSTO.”



JUSTIÇA FISCAL

A presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, ressalta que as propostas têm capacidade para ampliar a justiça fiscal no Brasil. “Propostas como a correção das distorções do Imposto de Renda, a revogação da isenção sobre lucros e dividendos distribuídos aos acionistas das grandes empresas, o fim da dedução de juros sobre o capital próprio, a elevação do limite de isenção para baixas rendas, e a criação de uma tabela de alíquotas progressivas têm capacidade de reduzir os valores pagos pelos mais pobres e aumentar somente o que se cobra dos mais ricos de nosso país”, explicou.

Com um imposto que aumente o valor pago pelos mais ricos do Brasil, quem sai ganhando são os mais pobres, pois são

liberados recursos para melhorar a vida destes brasileiros, que mais necessitam. “Por exemplo, enquanto os trabalhadores recebem os salários já com desconto retido na fonte, os banqueiros recebem milhões de reais em dividendos sem pagar nenhum imposto”, criticou Mario Raia, ao ressaltar que aumentar a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) paga pelos bancos e pelo setor extrativo mineral, que tiveram aumento de lucros mesmo em tempos de crise econômica, resultaria em aumento de cerca de R\$ 40 bilhões na arrecadação e que os bancos, por exemplo, distribuíram quase R\$ 30 bilhões de dividendos no Brasil em 2020, em plena pandemia.

COM UM IMPOSTO
QUE AUMENTE O
VALOR PAGO PELOS
MAIS RICOS,
QUEM SAI
GANHANDO SÃO OS
MAIS POBRES.



DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS

SE É PÚBLICO, É
PARA TODOSLUTA CONTRA O SUCATEAMENTO E AS PRIVATIZAÇÕES É FUNDAMENTAL
PARA GARANTIR CONTINUIDADE DE SERVIÇOS À POPULAÇÃO

Para reconstruir o país que queremos precisamos garantir serviços públicos de qualidade para todos. Ou pelo menos para quem não tem dinheiro para arcar com os custos dos serviços privados. Principalmente nas áreas da educação e da saúde.

“A razão de existir das empresas privadas é o lucro, diferentemente das empresas públicas, que têm como objetivo servir a população, com ou sem lucro”, observou o secretário-geral da Contraf-CUT, Gustavo Tabatinga, que é funcionário do Banco do Brasil. “O maior capital de uma empresa pública é o bem-estar do povo”, completou.

Mas, o governo Bolsonaro busca desqualificar as empresas públicas e, principalmente, seus trabalhadores e, em 2020, enviou uma Proposta de Emenda Constitucional à Câmara dos Deputados que visa modificar 27 trechos e introduz outros 87 novos à

Constituição Federal, sendo quatro artigos inteiros. É a chamada PEC 32, que se apoia em informações falsas, dados inconsistentes, estudos a que ninguém teve acesso e propõe medidas que, teoricamente, tratam da contratação, da remuneração e do desligamento de pessoal, válidas para quem ingressar no setor público após a aprovação das mudanças.

“O MAIOR CAPITAL
DE UMA EMPRESA
PÚBLICA É O BEM-
ESTAR DO POVO”



Gustavo Tabatinga,
secretário-geral da
Contraf-CUT

Na prática, a PEC 32, defendida por Bolsonaro e tocada por sua base de apoio no Congresso Nacional, pode precarizar o serviço público, pois visa reduzir o tamanho do Estado, ideia fixa dos ultraneoliberais que fazem parte do governo.

“Quem irá sofrer caso ela seja aprovada é a população que precisa dos serviços públicos e os trabalhadores e trabalhadoras que estão na linha de frente de atendimento, já que ela não inclui parlamentares, magistrados e procuradores, que são os servidores com maiores salários”, observou a secretária de Cultura da Contraf-CUT, Fabiana Uehara Proscholdt, que é empregada da Caixa Econômica Federal. Os militares também estão de fora, podendo, inclusive, ganhar acima do teto salarial do setor público, que é de R\$ 30 mil.

Fabiana Uehara Proscholdt, sec. Cultura da Contraf-CUT



A PEC 32 inviabiliza o aperfeiçoamento técnico e profissional da administração pública, na medida em que concentra poderes nas mãos dos agentes políticos, abrindo margem para o loteamento ideológico de cargos públicos. Por isso, é necessário que a classe trabalhadora se mobilize para barrar mais este golpe do governo de Jair Bolsonaro.

“QUEM IRÁ SOFRER CASO ELA SEJA APROVADA É A POPULAÇÃO QUE PRECISA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.”



CONGELAMENTO

Outra lei instituída após o golpe de 2016 que tem destruído o setor público é a Emenda Constitucional 95. Com sua aprovação, instituiu-se um teto de investimentos do governo em áreas sociais. “A desculpa era a de garantir sustentabilidade à dívida pública federal mas, na prática, o que ela faz é impossibilitar a União de cumprir adequadamente com suas responsabilidades indispensáveis à sociedade”, observou a secretária de Juventude da Contraf-CUT, Fernanda Lopes, que é funcionária do Banco do Brasil.

Os setores mais prejudicados pela EC95 são a educação e a saúde, por conta da insuficiência de recursos para o funcionamento dessas áreas. A Constituição define percentuais mínimos para aplicação em serviços públicos de saúde e de educação. A Emenda 95 acaba com isso e abre espaço para a disputa entre as áreas por fatias do orçamento. Ela compromete o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, que previa que, em 2019, deveria ser atingido o índice de 7% do PIB em investimento em educação, e em 2024 o patamar de 10%. A partir da lei de teto dos gastos, as metas do PNE estão inviabilizadas.

“A EMENDA
CONSTITUCIONAL
95 IMPOSSIBILITA A
UNIÃO DE CUMPRIR
ADEQUADAMENTE
COM SUAS
REONSABILIDADES
INDISPENSÁVEIS À
SOCIEDADE.”



*Fernanda Lopes,
sec. de Juventude
da Contraf-CUT*

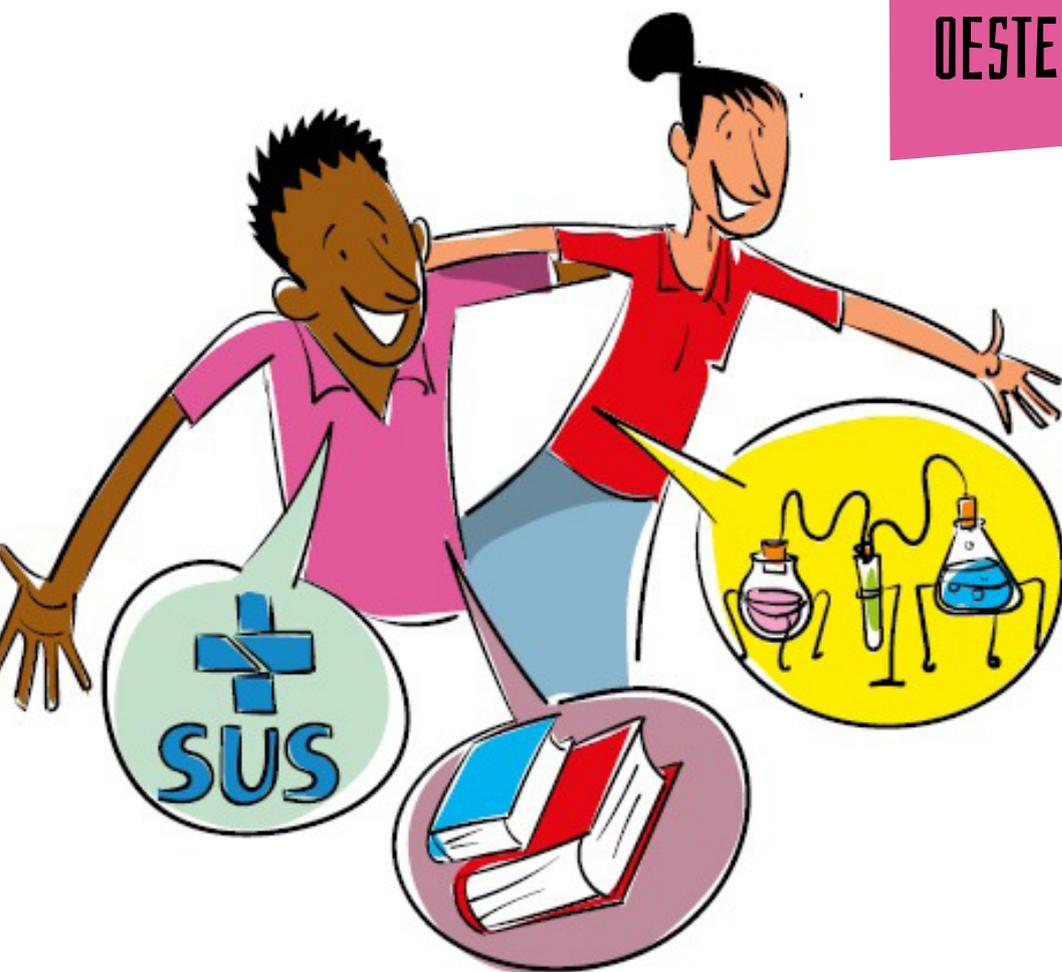


ATAQUES AOS BANCOS PÚBLICOS

Outro alvo de destruição dos governos pós-golpe (Michel Temer e Jair Bolsonaro) são os bancos públicos, com o fechamento de agências e a demissão de funcionários. No Banco do Brasil, por exemplo, foram mais de 7 mil postos de trabalhos perdidos só no ano passado.

Os bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Economia e BNDES, entre outros) são responsáveis por mais de 80% de todo o crédito concedido nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Sem eles estas regiões estarão relegadas a distância cada vez maior em relação à região Sudeste, onde opera a maioria dos bancos privados.

**OS BANCOS PÚBLICOS
SÃO RESPONSÁVEIS POR
MAIS DE 80% DE TODO
O CRÉDITO CONCEDIDO
NAS REGIÕES NORTE,
NORDESTE, CENTRO-
OESTE E SUL.**



CORTES DE INVESTIMENTOS

E os cortes de verbas em áreas essenciais continuaram no orçamento deste ano. Jair Bolsonaro promoveu um corte de 3,2 bilhões de reais nas contas do ano, atingindo principalmente os ministérios do Trabalho e Previdência, Educação, Desenvolvimento Regional e Cidadania.

O maior corte de recursos foi no Ministério do Trabalho e Previdência, um montante de R\$ 1 bilhão reais. R\$ 982 milhões foram retirados do INSS, em verbas para administração do órgão e serviços de processamento de dados e reconhecimento de direitos de benefícios. A segunda maior redução foi no Ministério da Educação, com um total de R\$ 740 milhões. Entre as áreas atingidas está o programa Educação Básica de Qualidade, com redução de aproximadamente R\$ 400 milhões. Também foi travado um repasse de R\$ 34,4 milhões de reais para a consolidação, reestruturação e modernização das instituições federais de ensino superior.

Cada vez mais é necessário que a sociedade, em especial a classe trabalhadora, se una em defesa do patrimônio nacional e evite um desmonte ainda maior do Estado brasileiro.

É NECESSÁRIO QUE A SOCIEDADE SE UNA EM DEFESA DO PATRIMÔNIO NACIONAL E EVITE UM DESMONTE AINDA MAIOR DO ESTADO BRASILEIRO.



O PAÍS QUE QUEREMOS

DEFENDER A DEMOCRACIA E NOSSOS DIREITOS

PRECISAMOS ELEGER CANDIDATOS QUE TENHAM COMPROMISSO COM A CLASSE TRABALHADORA: NOSSO VOTO TEM PESO NO NOSSO BOLSO E NA NOSSA VIDA

“Frente aos atuais ataques contra a democracia, às instituições do Estado, o patrimônio público, ao exercício da liberdade e da cidadania e, principalmente, aos direitos sociais e trabalhistas, defendemos a intensificação da organização e da mobilização da classe trabalhadora na resistência contra a ascensão do pensamento golpista de cunho fascista e do neoliberalismo, que atentam contra as garantias democráticas e sociais.” Este é o primeiro parágrafo da resolução em “defesa da democracia plena e contra os ataques aos direitos do povo brasileiro”, aprovada pelos delegados e delegadas da 23ª Conferência Nacional dos Bancários, que ocorreu nos dias 3 e 4 de setembro de 2021.

O texto lembra que os ataques às pautas territoriais, de gênero, étnicas e trabalhistas são a tônica daqueles que ocupam atualmente o poder central da nação, que pregam a naturalização da desigualdade social e da violência como instrumento político. “Este pensamento já levou milhões de brasileiros à fome e ao desemprego e, a cada dia que vamos ao mercado, vemos que os preços dos produtos, principalmente dos alimentos, estão mais caros”, disse o secretário da Contraf-CUT de Combate ao Racismo, Almir Aguiar. “O dinheiro que antes dava para encher um carrinho de compras, hoje é o que se gasta com as compras emergenciais na mercearia da esquina para, no máximo, alguns dias. Quem sofre com isso são os pobres, principalmente a população negra e as mulheres”, completou.

“O DINHEIRO QUE ANTES DAVA PARA ENCHER UM CARRINHO DE COMPRAS, HOJE É O QUE SE GASTA COM AS COMPRAS EMERGENCIAIS”.



Almir Aguiar, sec. de Combate ao Racismo da Contraf-CUT



“Também vemos a alta de preços nas farmácias. Mas, o mais grave é que os salários não acompanham a carestia e os trabalhadores, a cada reforma, a cada medida do governo, perdem mais direitos e mais poder de compra”, observou o secretário de Finanças da Contraf-CUT, Luiz César de Freitas.

Há quem coloque a culpa na pandemia, ou na ‘crise’, mas, para o secretário de Formação da Contraf-CUT, Walcir Previtalle, “os males que estamos enfrentando têm suas origens nas políticas implementadas pelo governo Bolsonaro, que beneficia o mercado financeiro e os empresários e prejudica os trabalhadores”.



Luiz Cesar de Freitas,
sec. de Finanças da
Contraf-CUT

“VEMOS A ALTA DE PREÇOS, MAS OS SALÁRIOS NÃO ACOMPANHAM A CARESTIA.”

“OS MALES QUE ESTAMOS ENFRENTANDO TÊM SUAS ORIGENS NAS POLÍTICAS IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO BOLSONARO”.



Walcir Previtalle,
sec. de Formação
da Contraf-CUT





“COM O SUPREMO E COM TUDO”

Desde o golpe que tirou Dilma Rousseff da Presidência da República, em 2016, o Estado aplicou outros diversos golpes contra a classe trabalhadora e a democracia. Naquele mesmo ano, sob a batuta de Michel Temer, foi aprovada a Emenda Constitucional 95, que, com a desculpa de que era necessário impor um “teto de gastos” ao Governo, foi aprovado o congelamento dos investimentos nas áreas da educação, saúde, transportes, saneamento básico e infraestrutura, entre outras políticas públicas sociais.

“Vimos golpes como o que foi aplicado no Brasil em outros países. Trata-se de uma ação orquestrada para derrubar governos democráticos e populares e, após a derrubada, promover uma verdadeira retirada de direitos dos trabalhadores em benefício da classe empresarial”, comparou o secretário de Relações Internacionais da Contraf-CUT, Roberto von der Osten.

**TRATA-SE DE UMA AÇÃO
ORQUESTRADA PARA
DERRUBAR GOVERNOS
DEMOCRÁTICOS E
POPULARES E PROMOVER
UMA VERDADEIRA
RETIRADA DE DIREITOS
DOS TRABALHADORES**



**Roberto von der Osten, sec.
de Relações Internacionais da
Contraf-CUT**

Em seguida, foi aprovada a lei da terceirização irrestrita, permitindo que empresas contratassem outras empresas para prestarem serviços, mesmo aqueles ligados à sua atividade fim. Na verdade, o que foi permitido é que as empresas contratassem trabalhadores com salários e direitos reduzidos, se comparados aos daqueles que prestavam serviços como empregados diretos. Resultado: trabalhadores passaram a ganhar menos e a ter menos direitos.

E o que dizer da chamada reforma trabalhista, que desmontou todo o arcabouço de direitos previstos na antiga Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)? Tudo isso foi feito com a alegação de que seriam criados milhões de vagas de emprego. Hoje, cinco anos após estas “reformas”, o que vimos foi o aumento do desemprego, a redução do poder de compra do trabalhador, a volta da fome ao país...

APÓS ESTAS
“REFORMAS”, O QUE
VIMOS FOI O AUMENTO DO
DESEMPREGO, A REDUÇÃO
DO PODER DE COMPRA DO
TRABALHADOR, A VOLTA
DA FOME AO PAÍS...



FIM DA “MAMATA”?

E o atual governo, cujo chefe foi eleito para “acabar com a mamata”, aprovou uma reforma da Previdência que, praticamente, impede a aposentadoria dos trabalhadores. Mas, isentou militares, políticos, juízes e promotores das mudanças. Ou seja, atacou quem já não tinha “mamata” e a deixou para os mesmos beneficiados de sempre.

Além disso, o governo Bolsonaro defende que existe um “excesso de proteção aos trabalhadores” no Brasil. Por isso, editou uma série de Medidas Provisórias (MPs) que desregulam profissões, extinguem direitos trabalhistas e permitem que as empresas paguem valores reduzidos aos seus empregados. Porque, segundo o governo, “é difícil ser empresário no Brasil”. Somado a isso, Bolsonaro acabou com o Bolsa Família e promoveu uma série de cortes de recursos em programas sociais.

**BOLSONARO DEFENDE
QUE, NO BRASIL,
EXISTE UM
“EXCESSO DE
PROTEÇÃO AOS
TRABALHADORES”**



Assim, o trabalhador, que já ganhava pouco, passou a ganhar menos. Quem já não tinha benefícios, passou a não ter direitos...

“Sabendo que os sindicatos são os únicos que poderiam defender os trabalhadores, Bolsonaro cortou o repasse de verbas às entidades de representação sindical e criou diversas formas para dificultar o financiamento da luta contra os ataques do governo aos direitos trabalhistas e sociais”, lembrou o secretário de Organização Política e Sindical da Contraf-CUT, Carlindo Dias de Oliveira.

“BOLSONARO CRIOU DIVERSAS FORMAS PARA DIFICULTAR O FINANCIAMENTO DA LUTA CONTRA OS ATAQUES DO GOVERNO AOS DIREITOS TRABALHISTAS E SOCIAIS”.



Carlindo Dias de Oliveira, sec. de Organização Política e Sindical da Contraf-CUT



MOBILIZAÇÃO E CONQUISTAS

Com unidade e participação, a força que o Brasil precisa ter na defesa da democracia foi demonstrada pela categoria bancária nos últimos anos. Na Campanha Nacional de 2020, graças à mobilização e organização, a categoria obteve reajuste de 10,97% nos salários, vales refeição e alimentação e demais direitos econômicos estabelecidos pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, com ganho de real de 0,5% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado entre setembro de 2020 e agosto de 2021, que ficou em 10,42%.

Tal reajuste é uma mostra do acerto do acordo de dois anos negociado pelo Comando Nacional dos Bancários com a Fenaban em 2020. “A categoria foi uma das poucas a ter reajuste com aumento real em 2021. No caso dos trabalhadores de bancos públicos, talvez sejam os únicos entre as empresas públicas a conquistarem aumento acima da inflação, que o governo Bolsonaro conseguiu trazer de volta”, ressaltou a presidenta da

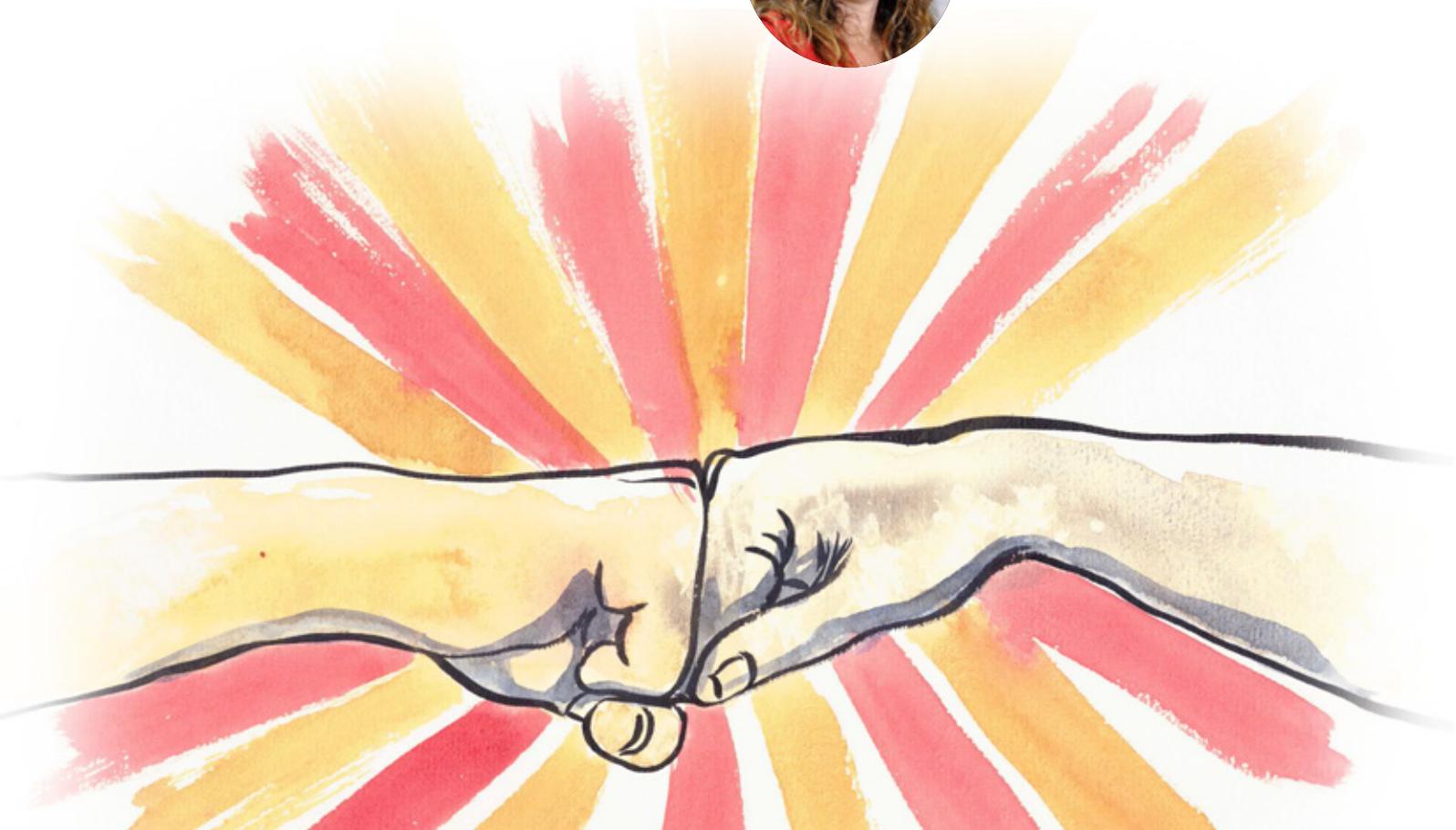
Contraf-CUT, Juvandia Moreira, que é uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários.

Graças à sua mobilização e unidade, a categoria bancária vem obtendo aumento real no decorrer da história. Desde 2004, o ganho real acumulado é de 21,94%. Considerando os pisos salariais, o ganho real é ainda maior, chegando a 43,56% neste mesmo período. Isso ocorre porque, em muitos anos, os pisos tiveram reajuste diferenciado, acima do reajuste geral dos salários da categoria.

“A CATEGORIA FOI UMA DAS POUCAS A TER REAJUSTE COM AUMENTO REAL EM 2021.”



Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT



COMITÊS DE LUTA

Mas, a inflação, revivida por Bolsonaro, impôs perdas salariais à grande maioria dos trabalhadores. O que é trágico em uma conjuntura de pandemia sanitária, crise econômica, social e de carestia na qual estamos vivendo.

Por isso, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) propõe a criação de comitês para mobilizar trabalhadores e trabalhadoras para que o Brasil retome o rumo do desenvolvimento econômico e social do país. Para a CUT, a ação dos comitês será fundamental para reverter as consequências do péssimo desempenho da economia nos últimos anos, como desemprego, inflação e juros altos, fome e miséria e os ataques aos direitos dos trabalhadores e ao patrimônio nacional incluindo os serviços públicos, que tiveram início no governo do golpista Michel Temer (MDB) e se aprofundaram no governo de Jair Bolsonaro (PL), que enviou ao Congresso Nacional vários projetos de privatização.

“É por isso que, neste ano de 2022, conclamamos que, não apenas os bancários e financeiros, mas todos os trabalhadores tenham consciência na hora do voto. Precisamos eleger candidatos para a Presidência da República, para os governos de estados e também para as casas legislativas dos estados, do Distrito Federal e do país

que tenham compromisso com a classe trabalhadora”, disse o secretário-geral da Contraf-CUT, Gustavo Tabatinga. “Nosso voto tem peso no nosso bolso e na nossa vida!”, concluiu.

NESTE ANO, PRECISAMOS
TER CONSCIÊNCIA NA
HORA DO VOTO PARA
ELEGER CANDIDATOS
QUE TENHAM
COMPROMISSO COM A
CLASSE TRABALHADORA.



A HORA É AGORA

2022, UM ANO DE MUITA LUTA

OS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO PRECISARÃO PENSAR A PAUTA ESPECÍFICA, CORPORATIVA, SEM TIRAR OS OLHOS DO DEBATE ELEITORAL

O ano de 2022 ainda nem havia começado e debates em todos os cantos já apontavam para as eleições gerais deste ano, que vão escolher o presidente da República, governadores e novos parlamentares no Congresso Nacional e nas casas legislativas estaduais e do Distrito Federal. Mais do que uma simples escolha de nomes, as eleições definirão os destinos de nosso país para o próximo período. Definirão nossos destinos. Nada mais justo do que pensarmos no que precisamos para definir nosso voto.

“Mas, também não podemos esquecer que neste ano voltaremos à mesa de negociações para defender a manutenção dos direitos, já previstos nas nossas Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs), e para buscar avançar em

novas conquistas, a partir das reivindicações que nos serão trazidas dos debates realizados em nossas bases. Precisamos lutar para conquistar reajustes que, mais do que repor a inflação, nos tragam ganhos reais nos salários e nas demais cláusulas econômicas”, disse a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira.

**NÃO PODEMOS ESQUECER
QUE NESTE ANO
VOLTAREMOS À MESA
DE NEGOCIAÇÕES
PARA DEFENDER A
MANUTENÇÃO DOS
NOSSOS DIREITOS E PARA
BUSCAR AVANÇAR EM
NOVAS CONQUISTAS.**



O desafio que se coloca para os trabalhadores e trabalhadoras do ramo financeiro é pensar a pauta específica, sem tirar os olhos do debate mais amplo. “Afinal, assim como os demais trabalhadores, sofreremos os efeitos nefastos desse governo. Também sofreremos com a inflação, com a política genocida em relação à pandemia e com o desemprego. Sentimos na pele as demissões praticadas pelos bancos, que lucram cada vez mais e, por pura ganância, colocam milhares de famílias em situações dramáticas”, ressaltou a presidenta da Contraf-CUT.

Para mudar essa realidade e enfrentar esses problemas, a discussão precisa passar também pelas eleições e sobre qual será nossa tarefa para elegermos candidatos comprometidos com a classe trabalhadora.

O debate eleitoral já está colocado desde o ano passado. A campanha nacional da categoria bancária também precisa chegar às nossas bases, para que até a metade do ano os pontos de pauta já estejam debatidos por sindicatos, federações e comissões de trabalhadores de

cada um dos bancos. Com a clareza de que, para defendermos nossos salários e nossos direitos, fazer a economia girar e gerar empregos, precisamos pensar com cuidado em ambas as campanhas: a eleitoral e a salarial.

**PARA MUDAR ESSA
REALIDADE E
ENFRENTAR ESSES
PROBLEMAS, A
DISCUSSÃO PRECISA
PASSAR PELAS
ELEIÇÕES.**



MOBILIZAÇÃO NA PANDEMIA

Mesmo tendo ocorrido no auge da primeira da pandemia no país, a campanha nacional dos bancários de 2020 contou com uma representatividade muito grande. Mais de 110 mil bancários participaram das assembleias. A categoria soube se organizar e se recriar, utilizando novos mecanismos de participação, com as assembleias realizadas remotamente e um grande trabalho de comunicação em rede com as bases.

“Agora, precisamos aproveitar os conhecimentos acumulados, os avanços tecnológicos e nossa criatividade característica para defender nossas conquistas e impedir a eleição de candidatos que atacam os trabalhadores e seus direitos”, disse o secretário de Comunicação da Contraf-CUT, Gerson Carlos Pereira.

Vamos à luta!

**Gerson Pereira - sec. de
Comunicação da Contraf-CUT**



“PRECISAMOS APROVEITAR OS CONHECIMENTOS ACUMULADOS, OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS E NOSSA CRIATIVIDADE CARACTERÍSTICA PARA DEFENDER NOSSAS CONQUISTAS.”



Revista dos Bancários

Juvandia Moreira Leite (Bradesco/SP)
Presidenta

Vinícius de Assumpção Silva (Bradesco/RJ)
Vice-presidente

Gustavo Machado Tabatinga Junior (Banco do Brasil/CE)
Secretaria Geral

Luiz César de Freitas – Alemão (Santander/SP)
Secretaria de Finanças

Gerson Carlos Pereira (Bradesco/SP)
Secretaria de Comunicação

Jeferson Gustavo Pinheiro Meira (Banco do Brasil/DF)
Secretaria de Relações do Trabalho

Lourival Rodrigues da Silva (Bradesco/SP)
Secretaria de Assuntos Jurídicos

Rosalina Amorim (Banco do Brasil/PA)
Secretaria de Políticas Sociais

Mario Luiz Raia (Santander/SP)
Secretaria de Estudos Socioeconômicos

Fabiana Uehara Proscholdt (Caixa/DF)
Secretaria de Cultura

Elaine Cutis (Bradesco/SP)
Secretaria da Mulher

Roberto von der Osten (Itaú/PR)
Secretaria de Relações Internacionais

Carlindo Dias de Oliveira (Bradesco/MG)
Secretaria de Organização e Políticas Sindicais

Mauro Salles Machado (Santander/RS)
Secretaria de Saúde do Trabalhador

Walcir Previtalo Bruno (Bradesco/SP)
Secretaria de Formação

Fernanda Lopes de Oliveira (Banco do Brasil/SP)
Secretaria da Juventude

Almir Costa de Aguiar (Bradesco/RJ)
Secretaria de Combate ao Racismo

Diretoria Executiva

Adilson Claudio Martins Barros
(Bradesco)

Bárbara Peixoto de Oliveira
(Caixa)

Elias Hennemann Jordão
(Bradesco)

Fabiano Paulo da Silva Junior
(Bradesco)

Katia Virginia Cadena Ferraz
(Santander)

Magaly Lucas Fagundes
(Bradesco)



Publicação de responsabilidade da Contraf/CUT

Rua Líbero Badaró, 158, 1º andar,
Centro - São Paulo, SP - CEP: 01008-000
Fone: (11) 3107-2767

www.contrafcut.com.br contrafcut@contrafcut.org.br

Secretaria de Comunicação
Gerson Carlos Pereira (Bradesco/SP)

Redação e revisão: João Valentino Alfredo, Paulo Flores, Rodrigo Zevzikovas, Walter Venturini

Ilustrações: Alexandre Rolim e Vicente Mendonça.

Diagramação: Guilherme Hilário

Tiragem: edição eletrônica



**RECONSTRUIR
O BRASIL
QUE A GENTE QUER**

SEM FOME,
COM DIREITOS,
SOBERANO, DEMOCRÁTICO
E COM EQUIDADE

CONGRESSO
NACIONAL DA
CONTRAF-CUT

1 a 3 de abril de 2022 • São Paulo | Brasil